



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA**

GIOVANNA SOUZA ANDRIOLLI

**APESAR DE VOCÊ: VIDA E HISTÓRIA DE JESSIE JANE VIEIRA DE SOUZA
(1964-1979)**

**CAMPINA GRANDE/PB
2019**

GIOVANNA SOUZA ANDRIOLLI

**APESAR DE VOCÊ: VIDA E HISTÓRIA DE JESSIE JANE VIEIRA DE SOUZA
(1964-1979)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Departamento do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduada em História.

Orientador: Prof. Me. Roberto Silva Muniz

**CAMPINA GRANDE/PB
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A243 Andriolli, Giovanna Souza.
Apesar de você [manuscrito] : vida e história de Jessie Jane Vieira de Souza (1964-1979) / Giovanna Souza Andriolli. - 2019.
38 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação , 2019.
"Orientação : Prof. Me. Roberto Silva Muniz , Coordenação do Curso de História - CEDUC."
1. Ditadura militar. 2. Memória. 3. Revisionismo. I. Título
21. ed. CDD 981.063

GIOVANNA SOUZA ANDRIOLLI

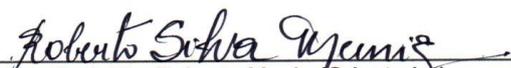
**APESAR DE VOCÊ: VIDA E HISTÓRIA DE JESSIE JANE VIEIRA DE SOUZA
(1964-1979)**

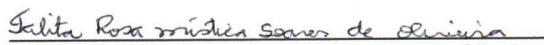
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do
Departamento do Curso de História
da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de graduada em
História.

Área de concentração: História

Aprovada em: 11/12/2019.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Me. Roberto Muniz (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Me. Talita Rosa Mística Soares de Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. José Adilson Filho
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Ao campo popular, que me ensinou
o valor da luta de todos os povos.*

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.”

Karl Marx

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
2 JESSIE JANE: AUTORA DE SUA PRÓPRIA HISTÓRIA	10
2.1 JESSIE JANE: MILITÂNCIA HERDADA	10
2.2 PRISÃO: O ENCONTRO COM COLOMBO, O NASCIMENTO DE LETA	15
3 MEMÓRIA E REVISIONISMO: UM DEBATE SOBRE O CARÁTER DO GOLPE MILITAR DE 1964	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	21
ANEXOS	23

**APESAR DE VOCÊ: VIDA E HISTÓRIA DE JESSIE JANE VIEIRA DE SOUZA
(1964-1979)**

**IN SPITE OF YOU: LIFE AND HISTORY OF JESSIE JANE VIEIRA DE SOUZA
(1964-1979)**

Giovanna Andriolli

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal discutir a trajetória de vida de Jessie Jane durante o período de 1964-1979, no qual foi militante da Aliança Libertadora Nacional. A partir do conceito de totalidade, explanado por José Paulo Netto (2011) e Leandro Konder (1981), bem como o conceito de experiência proposto por E.P. Thompson (1981), pretende-se discutir sua trajetória de vida após seu encarceramento de nove anos durante a ditadura militar brasileira, em decorrência da tentativa de sequestro de um avião. A pesquisa foi construída através de fontes de informações de dados nacionais, bem como o audiovisual “Que Bom Te Ver Viva” (1989). Dessa forma, o trabalho pretende contribuir para o fortalecimento da memória, bem como discutir como esta pode abrir um paralelo em torno do debate do revisionismo sobre o tema da ditadura militar, reafirmando posicionamentos como o dos historiadores Marcelo Badaró (2005), Demian de Melo (2006) e Dreifuss (1981), principalmente levando em consideração o momento histórico que se faz presente.

Palavras-chave: Ditadura. Jessie Jane. Memória e Revisionismo.

ABSTRACT

This article aims to discuss the life path of Jessie Jane during the period 1964-1979, in which she was a militant of the Aliança Libertadora Nacional. From the concept of totality, explained by José Paulo Netto (2011) and Leandro Konder (1981), as well as the concept of experience proposed by E.P. Thompson (1981), we intend to discuss her life after she spent nine years imprisoned during the Brazilian military dictatorship, as a result of the attempted hijacking of an airplane. The research was built using national data sources as well as the audiovisual “Que Bom Te Ver Viva” (1989). Thus, the work aims to contribute to the strengthening of memory, as well as discuss how it can open a parallel around the revisionist debate on the theme of military dictatorship, reaffirming positions such as that of historians Marcelo Badaró (2005), Demian de Melo (2006) and Dreifuss (1981), mainly taking into account our historical moment.

Keywords: Dictatorship. Jessie Jane. Memory and Revisionism.

INTRODUÇÃO

*“Podem me prender,
Podem me bater
Podem até deixar-me sem comer,
Que eu não mudo de opinião.”
(Zé Ketí - Opinião)*

A ditadura militar no Brasil é um dos momentos mais importantes da história contemporânea brasileira. Para compreender como se formou a República em nosso país, esse tema é de fundamental importância. Ao nos depararmos com a realidade tal como ela está dada hoje, é possível averiguar a importância desse conteúdo, tendo em vista que, apesar dos esforços das comissões da verdade nos últimos anos, esse assunto não está encerrado nem limitado, visto a frequência cada vez maior do apagamento da ditadura militar tal como é conhecida, com os revisionismos que geram as perigosas extremidades negacionistas da vertente historiográfica.

A intenção deste trabalho é discutir a resistência à ditadura partindo das experiências de pessoas que dedicaram uma significativa parcela da sua vida à luta contra a ditadura militar. Nesse caminho, destacar o papel de Jessie Jane, militante da ALN¹ que em 1970, em condições extremas, decidiu, junto a outros três companheiros, sequestrar um avião que tinha como destino final o Chile. Esses jovens tinham o plano de sequestrar o avião para levar até Cuba, na tentativa de negociar a troca de presos políticos, dentre eles, o pai de Jessie Jane.

A motivação subjetiva por essa pesquisa se deu de maneira bastante interessante. Aos 28 dias do mês de agosto de 2019, já com um outro tema de pesquisa em plano, fui convidada a assistir uma palestra que falava da luta pela anistia no Brasil - que se diferenciou de tantas outras cujas quais já participei - pela fala do professor Wagner Braga, da Universidade Federal de Campina Grande.

Desde que me lembro, conto aos colegas e amigos uma história familiar peculiar: a parte comunista, da prima da minha mãe em 1º grau que sequestrou um avião em solidariedade aos seus familiares e companheiros na luta pela liberdade democrática no Brasil. Foi essa a história que Braga resgatou e detalhou. Logo, meu coração de militante e a cabeça de historiadora não deixavam mentir: seria essa a parcela da família de quem tanto me orgulhei ao longo dos anos? Posteriormente, confirmei, era Jessie o nome da prima até então desconhecida.

As pesquisas aprimoraram meu saber. Hoje, mais madura, com menos romance e muito respeito, coloco essa parte de minha história familiar com análise cautelosa de quem não permite que o revisionismo e negacionismo historiográfico ignore essas múltiplas pessoas, para quem não houve brandura ou meios-termos no processo ditatorial.

Resgataremos a trajetória de vida e de luta de Jessie, passando por temas sensíveis para a maioria das pessoas cujas quais foram torturadas ou vivenciaram um regime autoritário. Um dos objetivos deste trabalho é investigar como foi a vida dessa personagem real, ainda viva e atuante na área de História, além de discutir

¹ ARNS, Dom Paulo . **Brasil Nunca Mais**. Editora Vozes. 1987, pg 93. A organização de maior expressão e contingente, entre todos os grupos que deflagraram a guerrilha urbana entre 1969 e 1973, foi a Ação Libertadora Nacional (ALN). Cisão do PCB, surgida em 1967, a ALN tem sua história intimamente ligada ao nome de Carlos Marighella, antigo dirigente do PCB.

a dura vida penitenciária nessa época, já que estamos nos valendo da memória de uma mulher que passou cerca de nove anos presa. Assim, nos propomos a discutir a trajetória de vida de Jessie Jane durante a ditadura militar brasileira, principalmente no tocante aos anos de 1970 até 1979; bem como revisitar as suas memórias como forma de estabelecer um debate problematizador em relação a esse revisionismo.

Toda essa análise respinga em um debate que a historiografia vem fazendo especialmente desde 2007 em torno do revisionismo e a ditadura militar brasileira. Para desenvolver tais aspectos do debate do caráter de classe da ditadura militar brasileira, autores como Marcelo Badaró, Demian de Melo e Dreifuss² nos embasaram para singelamente construir uma interpretação que privilegia outras nuances de 1964 e como isso interferiu na vida de militantes como a mineira Jessie Jane.

Colocaremos em confronto ideias que desembocam nesse mesmo tema, onde autores como Daniel Aarão Reis, Jorge Ferreira e Marco Antonio Villa se enquadram em leituras revisionistas, uma vez que defendem, por exemplo, um recorte temporal na qual a ditadura militar não começa em 64 ou não termina em 85, além de privilegiar o conceito de “ditadura civil-militar”.

O método utilizado neste artigo é o materialismo histórico dialético, a leitura observada será a partir de autores como Edward Palmer Thompson, da História Social. A relevância deste autor remete à leitura de uma história vista pelos indivíduos que são excluídos diante da ordem hegemônica. A proposta thompiana ao discutir a experiência dos indivíduos na história é fator preponderante no desenvolvimento deste trabalho. Ao privilegiar as pessoas comuns, esse trabalho se enquadra numa perspectiva da história vista de baixo, a história pela voz daqueles que perderam a vida ou foram às últimas consequências na luta por liberdade e democracia.

O recorte temporal deste trabalho será de 1964 até 1979, que marca o período de soltura de Jessie atrelado à campanha de anistia - ressaltando, porém, que nossa leitura demarca o fim da ditadura militar em 1985. As fontes utilizadas nesta pesquisa são arquivos que podem ser consultados livremente no acervo do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)³. Esses documentos vão desde telegramas que Jessie enviou em seu período encarcerada, até os documentos do trânsito de seu julgamento, apelações ao juiz, pedidos de transferência e alvará de soltura. Contaremos também com capas de jornais que falavam sobre sua situação quando em greve de fome, na época.

Além desses exemplos de arquivos do SIAN, será utilizado também o audiovisual enquanto fonte histórica, o documentário “Que bom te ver viva”⁴, além do relatório de Jessie Jane à Comissão Nacional da Verdade, que pode ser

² MATTOS, Marcelo Badaró. “Os trabalhadores e o golpe de 1964.” História & Luta de Classes, 2005; MELO, Demian. “A miséria da historiografia.” Outubro, São Paulo, n. 14, p.111- 130, 2006. E DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

³ O Sistema de Informações do Arquivo Nacional - SIAN é o principal meio de acesso às informações relacionadas ao acervo custodiado pelo Arquivo Nacional. Dois módulos de SIAN acham-se disponíveis ao público: Fundos e Coleções e MAPA.

⁴ *Que Bom te ver viva*. Produção: Lúcia Murat. Canadá. 1989

consultado livremente no site de vídeos Youtube⁵. O acesso pode ser via internet, onde todos os conteúdos estão digitalizados, e, como dito, utilizaremos como fonte desse trabalho entrevistas, documentários e jornais que noticiaram a situação de Jessie ou em que ela mesmo deu seu depoimento à órgãos institucionais ou por meio do audiovisual.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Basilarmente, nossa pesquisa tem como principais conceitos a totalidade, a partir de José Paulo Netto e Leandro Konder; e a experiência, a qual a formulação foi retirada de obras de E. P. Thompson, supracitado.

A questão da memória, atrelada ao conceito de totalidade, é trabalhada ao observar como se deu a experiência histórica e cultural de uma militante de esquerda que foi aprisionada por um período de nove anos, na função social de mostrar como a experiência histórica pode servir como base para uma produção biográfica e vertical.

O conceito de totalidade é uma das categorias primordiais na compreensão da teoria marxista, já que Karl Marx não entende a totalidade como um todo que compõe diversas partes, mas sim, uma totalidade concreta, induzida e macroscópica, com um alto nível de complexidade. Essa, porém, também é composta por totalidade de menor complexidade, como diz José Paulo Netto: “É uma complexidade constituída por totalidades de menor complexidade.” (Netto, 2011, p.56).

Na teoria da História podemos observar que o movimento dos Annales, principalmente a primeira e segunda geração, reivindica o conceito de totalidade, uma vez que os Annales não tentam buscar construir uma história de tudo, mas uma história que se esforça na tentativa de se articular à vários determinados períodos históricos, mostrando assim a validade deste método.

Podemos observar que a teoria marxista influenciou o desenvolvimento da teoria da História, principalmente na ruptura com o positivismo. A teoria marxista tem uma forte contribuição no desenrolar da história social, principalmente na perspectiva de dar um compromisso científico, além de propor um paradigma de análise da sociedade com maior amplitude, buscando tal totalidade.

Vale salientar que dentro da perspectiva marxista é impossível separar a teoria da prática, pois, uma vez que visa a transformação da sociedade, não é possível retirar esse conceito de totalidade. Segundo os pensadores dessa linha, todos os objetos que o ser humano cria ou reflete são parte de um todo complexificado. Nas palavras de Leandro Konder: “é na visão do conjunto que a gente pode avaliar a dimensão de cada elemento do quadro.” (Konder, 1981, p.36)

A relevância deste trabalho também é por evidenciar o caráter de classe da ditadura militar brasileira, pois precisamos resgatar essa interpretação que privilegia a ação das classes sociais no jogo político brasileiro, que culminou na ditadura militar. Além disso, este trabalho está intimamente ligado ao resgate da memória daquelas pessoas que lutaram, por isso, contamos com um caráter biográfico.

Já a noção de experiência, resgatada do debate thompsiano, é feita justamente no sentido de mostrar como, através das lutas sociais, os

⁵ O relato de Jessie Jane ao relatório da Comissão Nacional da Verdade, pode ser consultado em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MapYsV2xrbE>>. Acessado em 15 de out. 2019.

trabalhadores constroem uma experiência histórica. O conceito de experiência para Thompson se enquadra como um modelo unificador das ações dos trabalhadores, um conceito primordial em sua teoria.

No livro intitulado “A miséria da Teoria” (publicado no Brasil em 1981, mas escrito na Inglaterra em 1976)⁶ o autor traz o conceito de experiência histórica e cultural como modelos catalisadores da ação social. Ao trabalhar com o conceito de cultura e social de maneira inseparável, pode-se perceber que o historiador inglês provocou uma desvinculação entre superestrutura cultural e estrutura econômico material.

Um outro destaque do referencial teórico é relacionado ao tratamento das fontes. A maior parte das fontes que compõem esse trabalho são documentários e depoimentos oficiais feitas com Jessie ao longo de sua vida. Para isso, será utilizado Paul Thompson em seu livro “A voz do Passado”, onde o autor discute a importância dessas fontes diversificadas na produção da ciência histórica.

A fonte como conceito ampliado será significativo nesta pesquisa, tendo em vista que muito dos relatos que obtivemos de Jessie Jane Vieira de Souza faz parte de relatórios da Comissão Nacional da Verdade, onde é traçada a linha entre história e audiovisual. Além desses relatórios da CNV⁷, muito dos relatos de Jessie foram retirados de documentários (que fazem parte da noção de cinema, onde o documentário tem sido cada vez mais utilizado por historiadores como evidência ou fonte histórica).

2 JESSIE JANE: AUTORA DE SUA PRÓPRIA HISTÓRIA

Jessie Jane Vieira de Souza nasceu em Minas Gerais em 24 de janeiro de 1949. Filha de Washington Alves e Leta de Souza, teve quatro irmãos: Sandra Alves, Vera Vani, Geraldo Alves (falecido) e José Carlos Alves. A tradição familiar de Jessie era de esquerda, com pai e mãe filiados ao Partido Comunista Brasileiro. Mais velha, Jessie se casou com Colombo, os dois se filiaram à ALN. Em 1977, ambos na prisão, tiveram uma filha, chamada Leta Vieira de Souza. Hoje, Jessie é professora efetiva do quadro de docentes de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Nos subtópicos a seguir, abordaremos a trajetória de vida de Jessie Jane Vieira de Souza, com foco na sua criação - para entender seu lugar cultural e social; o ápice da sua militância - com os detalhes do sequestro do avião do qual planejou, sua prisão e tortura; e, por fim, seus momentos mais marcantes durante os nove anos encarcerada: seu reencontro com Colombo e o nascimento de sua filha Leta.

2.1 JESSIE JANE: MILITÂNCIA HERDADA

“Nós somos pessoas comuns que tem uma história às vezes incomum, que espanta as pessoas... Mas somos pessoas comuns.”

Jessie Jane

⁶ THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.

⁷ Comissão Nacional da Verdade, abreviadamente Comissão da Verdade, foi um colegiado instituído pelo governo do Brasil para investigar as graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

Diversos motivos e motivações levam às pessoas a se tornarem militantes. Existem aqueles os quais a vida levanta questões sociais, políticas, culturais ou até mesmo uma indignação com o mundo, buscando coletivamente outros seres indignados. Há, entretanto, pessoas que decidem entrar para a militância por uma inclinação familiar, ao ver seus pais dedicando tempo a alguma atividade relacionada às lutas de esquerda. É na cultura familiar que Jessie Jane Vieira de Souza encontrou motivos para se tornar uma militante.

Nascida em meados de 1949, no seio de uma família comunista, Jessie Jane é mais uma dessas que teve desde o seu berço uma posição firmada: uma luta contra qualquer tipo de tirania que se levantasse. Seu pai era militante do Partido Comunista do Brasil (PCB)⁸, assim como sua mãe. Formaram um lar em que se via na organização dos trabalhadores uma forma de contestar a ordem que os excluía e oprimia.

Em seus relatos, é notório que seu ambiente familiar foi fundamental para a escolha política atrelada à esquerda e, também, as consequências que isso trouxe. Isso fica bastante evidente em seu depoimento à Comissão Nacional da Verdade em 2013, onde ela se dedica especialmente ao papel da Campanha Pela Anistia Geral, que acontecia no Brasil e no mundo.

Eu sempre digo que ser de esquerda não era um exercício intelectual para mim era uma coisa familiar, talvez se eu tivesse entrado pela direita teria um desenvolvimento intelectual diferente. né? Mas isso foi uma coisa que fez parte da minha identidade, e é nesse pertencimento que fui presa em 1970, junto com meu marido e mais duas outras pessoas. (Jessie Jane, Comissão Nacional da Verdade, 2013)

Em um de seus depoimentos, ao citar a igreja e sua primeira experiência com ela, Jessie acaba por trazer ao nosso imaginário um pouco da imagética familiar e como era a relação com os pais, militantes. Vejamos: quando ela tinha cinco anos, seu pai, Washington Alves, recebeu uma tarefa do Partido Comunista: organizar os trabalhadores rurais da região do Mato Grosso do Sul. Era um período de expansão do governo Vargas e o presidente da época decide construir Colônias Federais nesta região, marcada pela luta pela terra e por ser uma região extremamente pantanosa.

Eu nasci em uma família comunista, então minha opção pela esquerda... Seria uma opção se fosse pela direita, né? Eu nasci nesse ambiente, os meus pais entraram para o partido em 1950 e eu nasci em 1949, então eu cresci nesse ambiente e o que vem depois foi consequência de uma opção familiar. (Jessie Jane, entrevista sobre Direitos Humanos, 2014)

Washington tinha ido com a função de fundar os sindicatos rurais, os quais estavam em luta constante contra a grilagem de terra. Nesse período, segundo relato de Jessie, essa região era chamada de “faroeste”, onde a lei não chegava e atuação dos grileiros de terra era corriqueira, dificultando assim o trabalho de base e a organização da classe trabalhadora em sindicatos.

⁸ ARNS, Dom Paulo . **Brasil Nunca Mais**. Editora Vozes. 1987, pg Fundado em março de 1922 durante um congresso operário promovido em Niterói, Rio de Janeiro, sob o impacto da Revolução de outubro de 1917, na Rússia. Seu surgimento coincide com o declínio, no movimento operário nascente no país, da influência do anarquismo, que até então ocupava lugar de destaque na inspiração das primeiras lutas populares.

Eu me lembro muito de uma certa tarde estava brincando no quintal, naquela época a região era cheia de Florestas, e eu vi um padre descendo a escada da minha casa e embaixo estava meu pai sendo excomungado, o padre excomungou fez aquela coisa toda de comunhão e aquilo me impressionou muito, e eu me perguntava porque aquele homem xingava meu pai? E meu pai respondeu: é um reacionário! Aquilo me marcou pra sempre, então a imagem da igreja católica que eu tinha era essa. (Jessie Jane, Comissão Nacional da Verdade, 2013)⁹

Jessie, em tom jocoso, costuma dizer em suas entrevistas que é filha da Terceira Internacional Comunista e que a comunidade fé na qual foi criada tinha como santos “São Marx, Lenin e Fidel”, com todo o seu panteão de santos. Com esse relato podemos perceber que a infância de Jessie Jane, não era uma infância comum que podia ser comparada a qualquer criança brasileira.

Como podemos perceber ao longo deste texto, a formação política de Jessie Jane é algo que vem do berço. A sua concepção de esquerda se difere de muitos militantes da sua época, tendo em vista que sua prática e, conseqüentemente a da sua família, legitimou a sua concepção ideológica. Podemos dizer que sua filiação aos ideais da esquerda vieram mais de sua prática do que de qualquer ordem teórica, primeiro ela se formou de forma empírica e depois foi pra teoria marxista.

A decisão de militância por parte dos seus pais mexia com toda a família, fazendo com que a vivência familiar fosse um pouco diferente das famílias tradicionais. Esse relato sobre a sua relação com a igreja é um destaque para que possamos compreender de maneira mais nítida sua infância e memórias fortes da luta comunista de sua família ainda nos anos iniciais.

Voltando um pouco antes, na base da construção de sua família, de acordo com os relatos da CNV¹⁰, o pai de Jessie vem de uma família católica, ao passo que sua mãe vem de uma família protestante. Seu avô materno foi pastor presbiteriano e fez parte do movimento integralista brasileiro, sendo preso diversas vezes. Foi, então, expulso da Igreja Presbiteriana e foi para a Igreja Batista. Segundo sua família materna, o pai de Jessie era um “demônio que havia se instalado no seio da família”, isso porque a inclinação à esquerda de seu pai trouxe outros familiares à militância.

Um ponto importante sobre esse argumento, é a relação entre as ideias comunistas e sua demonização. Não podemos esquecer que o contexto histórico onde Jessie Jane foi criada é o contexto da Guerra Fria, onde os ideais comunistas são demonizados e rechaçados, principalmente por conta da política externa dos Estados Unidos. A política em vigor era a do macartismo¹¹, que assombrava o mundo contra o “perigo vermelho”. Logo, cristianismo tradicional e marxismo, àquele momento, eram colocados em mundos opostos.

⁹ Relato retirado do relatório da Comissão Nacional da Verdade, relato disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MapYsV2xrbE>>. Acessado: 20 de out. de 2019.

¹⁰ A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

¹¹ O termo tem suas origens no período da História dos Estados Unidos conhecido como segunda ameaça vermelha, que durou de 1950 a 1957 e foi caracterizado por uma acentuada repressão política aos comunistas, assim como por uma campanha de medo à influência deles nas instituições estadunidenses.

Aí nesse momento nós tínhamos uma outra questão também, nós não éramos simplesmente presos políticos, nós éramos presos políticos considerados terroristas, quer dizer, aquela questão toda da anistia, da fraternidade, era uma coisa mas que embutiu um preconceito muito grande contra a luta armada, que é uma coisa que a gente ainda vive, né? Quer dizer, no Brasil você pode se opor, aí se conta que foi exilado, foi banido, por se opor, mas se você colocar no seu currículo que você fez sequestro de avião, sequestro de banco, entendeu? Tudo isso, você passa a ser, no imaginário da própria esquerda, terrorista e você passa a ser discriminado. (Jessie Jane, Que Bom Te Ver Viva, 1989)

Ao falar do momento em encarceramento da vida de Jessie, não é possível deixar de pontuar a obra audiovisual de Lúcia Murat - “Que bom te ver viva”, 1989. Esse documentário é um dos mais importantes sobre o período da ditadura militar brasileira, já que a diretora prioriza o protagonismo feminino na resistência à ditadura militar. O último relato é da protagonista deste trabalho.

Murat, que também foi torturada no período da ditadura militar, narra a vida de algumas mulheres brasileiras que pegaram em armas contra o regime militar. Há uma série de depoimentos de guerrilheiras e cenas do cotidiano dessas mulheres que recuperaram, cada uma a sua maneira, os vários sentidos de viver. O documentário é parte fundamental para a compreensão do contexto histórico em que Jessie Jane foi presa e foi o material primário para o pontapé dessa pesquisa.

O final da década de 60 representou um dos momentos de mais intensidade, tanto na esfera econômica, quanto na esfera política. A repressão aumentava e, conseqüentemente, a resistência respondia. A luta de caráter armado toma corpo e passamos a ver cada vez mais casos com esse teor. Por exemplo: entre outubro de 1969 e maio de 1970, ou seja, em um período de menos de 8 meses, nós tivemos cerca de 8 tentativas de sequestros de avião, todos por militantes de esquerda.

A capa do Jornal do Brasil do dia 2 de julho de 1970 estampava a nona tentativa de sequestro aéreo. Desta vez, a tentativa havia dado errado. Quatro jovens sequestram o avião Caravelle PP-PDX, da companhia aérea Cruzeiro do Sul, que fazia a rota Rio - São Paulo com destino final no Chile. O sequestro foi anunciado às 8h30 da manhã, mas por volta das 15h, a aeronáutica conseguiu retomar o avião.

Imagem 1: Momento em que o avião Cruzeiro do Sul é rendido pelos militares, que jogam espuma na aeronave para impedir a visão dos sequestradores de dentro para fora do avião



FONTE: <memoriasdaditadura.org.br>

O sequestro foi anunciado por quatro jovens, sendo eles: Eiraldo e Fernando (irmãos), Colombo e Jessie Jane (com quem é casada até hoje). Eiraldo foi gravemente atingido na ação, assim que os militares conseguiram tomar o avião, acertaram-lhe a cabeça, enquanto os outros três foram imobilizados e presos.

O relato de Jessie no documentário de Lúcia Murat mostra o que queriam os militares ao levá-los aprisionados. Além do crime (sequestro), a proposta era prender e torturar para conseguir informações sobre outros militantes, além de construir um escracho público à esquerda na política brasileira:

Eu só encontrei com Eiraldo novamente no DOICODI, uns dois dias depois, ele baleado e tudo isso. Naquele momento não tinha pra gente aquela dimensão que se tem hoje, né? Porque nós estávamos em uma ação armada, a emoção daquele momento é muito mais de revolta, de resistência do que de (choro), não era essa coisa passada com essa emoção de hoje, nós tínhamos essa consciência que nós achávamos que nós todos íamos morrer, entendeu? (enquanto enxuga as lágrimas). Lá no DOICODI eles pensavam que o Eiraldo era meu marido, eles não sabiam que o Colombo era meu marido, eles pensavam que Eiraldo era meu marido, então, dois dias depois, eles me levaram na enfermaria do DOICODI, no que eu falasse com Eiraldo, só que ele estava absolutamente inconsciente, né? (Parou alguns minutos enquanto chorava). Eles sabiam que ele ia morrer, ele tava metralhado na coluna e eles queriam, achavam que eu vendo Eiraldo, eles conseguiram mais coisa de mim, então foi assim, eu olhei pra ele, vi que ele ia morrer, mas eu achava que nós todos íamos morrer, entendeu? (Jessie Jane, Que Bom Te Ver Viva, 1989).

Ao ser anunciada a prisão, eles são levados até o DOICODI¹² do Rio de Janeiro. Vale destacar que quando a prisão é anunciada, toda a família de Jessie

¹² Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) foi um órgão subordinado ao Exército, de inteligência e repressão do governo brasileiro durante o regime inaugurado com o golpe militar de 1964.

também foi presa. Seu pai já estava preso desde 1964, mas a mãe estava solta junto com sua irmã. Ambas são presas e, então, também levadas para o DOICODI.

No depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade, Jessie compreende que, pessoalmente, a decisão de participar do sequestro do avião foi algo natural, um fluxo óbvio, porque desde que se compreendia enquanto pessoa tinha plena convicção nos ideais que pertencem a uma tradição atrelada à esquerda.

Na sua infância, Jessie Jane havia convivido com os velhos comunistas de 1935, ela conta que os seus pais eram muito próximos a Carlos Marighella, por exemplo, um homem considerado o inimigo número um da ditadura. Washington Alves foi uma das pessoas que, junto a Marighella, organizou o agrupamento comunista da cidade de São Paulo. Talvez, por isso, possamos verificar sua firmeza ideológica.

Em seu relato, ela conta que os militares a mantiveram presa junto com sua mãe e irmã por mais de dois meses no DOICODI. Elas não ficavam na mesma cela, mas eram usadas para pressionar Jessie para soltar alguma informação sobre a organização a qual fazia parte. Ela conta que viu sua irmã sendo torturada e não pôde fazer nada.

Existia, porém, uma campanha forte do regime que tentava desqualificar a esquerda via grande mídia¹³. A ferramenta mais utilizada nesse período para fazer esse processo de desqualificação era a televisão, a tortura e a pena de Jessie Jane seria relativizada se ela fosse pra televisão pra falar mal dos seus companheiros da esquerda.

Ainda no documentário anteriormente citado, Jessie conta que quem mostrou a ela o quanto essa proposta colocada pelos militares era absurda foi justamente sua mãe:

Inclusive o negócio da televisão, que eles queriam que eu fosse pra televisão e minha mãe disse: “não vá não minha filha, que que isso?” (silêncio e choro). Não acredito que tenha tido assim, consequência, acredito que hoje tem mais, mas naquele momento não. (enquanto segura o choro) (Jessie Jane, Que Bom Te Ver Viva, 1989).

Jessie pontua que eles queriam fazê-la de exemplo por sua importância política, primeiro por ser uma mulher considerada terrorista, segundo por ter sido presa em uma ação que nunca havia sido feita pelo exército brasileiro. Ela era, portanto, muito valiosa para o regime militar e os olhares do regime se voltaram para esse caso.

2.2 PRISÃO: O ENCONTRO COM COLOMBO, O NASCIMENTO DE LETA

A partir do relato da Comissão Nacional da Verdade, pode-se reparar que a trajetória de Jessie Jane, quando sai da prisão da aeronáutica e vai para o presídio comum, só piora. Ela ficou de julho até outubro na prisão da aeronáutica, enquanto Fernando e Colombo ficam na prisão da aeronáutica até início de 1971.

¹³ O livro de Annie-Marrie Smith intitulado: “Um acordo forçado”, mostra a relação do sistema globo com o regime militar. A autora mostra a relação do ministro das comunicações do governo Geisel, Euclides Quandatt, onde o ministro confirma o “constante apoio” dos sistemas globo de telecomunicações.

Ela foi transferida para a ala feminina do presídio de Bangu, que se chamava Instituto Penal Talavera Bruce, enquanto Colombo e Fernando tiveram sua transferência decretada para o presídio de Ilha Grande, localizado no Rio de Janeiro. Todos os presos políticos eram mandados para lá na ditadura militar, sendo desativado apenas em 1993.

Jessie conta que, quando chegou em Bangu, haviam cerca de trinta mulheres da AP (Ação Popular)¹⁴ com quem ela não pode fazer contato, pois ficou praticamente um ano isolada sem contato com nenhuma outra detenta. “Eu fiquei em uma ala que a direção do presídio chamava de ‘manicômio’, isso porque naquela época a sociologia do crime era muito diferente de hoje”, relata.

Se hoje ainda há muitas falhas de estrutura na área de segurança pública e nas penitenciárias, naquele período a situação era bem pior. O interessante a se observar nos relatos sobre o sistema penitenciário da ditadura militar é ver como as estruturas dos presídios eram extremamente comprometidas com o regime.

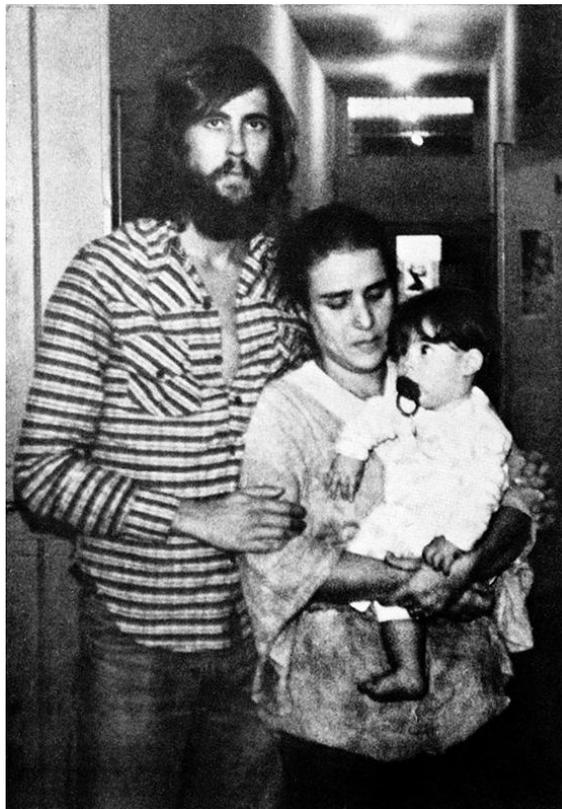
Jessie relata o caso de Iana Marina Carli, professora do departamento de psicologia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e ao mesmo tempo era diretora do presídio feminino de Talavera Bruce. Segundo Jessie, uma mulher extremamente comprometida com o regime militar. É visível, portanto, o quanto a relação entre Estado, regime e universidades era contraditório.

Os presos políticos começaram a fazer pressão para que pudessem encontrar suas companheiras. Jessie diz que, naquele momento, ela só queria ver Colombo e perguntar como estava. Depois de quase cinco anos sem se ver, todo o desejo era o encontro para que pudessem conversar sobre a vida e tentar pensar no futuro fora dali: “Aí o advogado entrou na auditoria pedindo para eu encontrar o Colombo, o juiz auditor imediatamente deferiu o pedido de encontro.” (Que Bom te ver viva. Produção: Lúcia Murat. Canadá. 1989)

A partir do início de 1976 a justiça começa a pressionar para que esses encontros passem a acontecer, pressão vinda principalmente pelos presos políticos masculinos que estavam em Ilha Grande. A justiça, depois de muita pressão, liberou! Jessie e Colombo Vieira poderiam se encontrar todos os finais de semana.

¹⁴ ARNS, Dom Paulo . **Brasil Nunca Mais**. Editora Vozes. 1987, pg 100. Nasceu em 1962, composta de cristãos progressistas ligados à Ação Católica, em particular à JUC - Juventude Universitária Católica. Nesse primeiro momento, definiu-se como movimento político (e não partido), inspirando-se em idéias humanistas de Jacques Maritain, Emanuel Mounier e Padre Lebreton.

Imagem 2: Foto que ilustra cartão postal endereçado ao governo brasileiro e que pede a libertação do casal Jessie Jane e Colombo Vieira de Souza Jr.



FONTE: SIAN

No ano de 1977, a perspectiva de saída da prisão para Jessie era praticamente nula. Isso porque, além de cumprir uma pena de muitos anos, ela era também condenada à pena de morte pelo regime, justamente pela morte de Eiraldo. O contraponto da morte, porém, sempre será a vida e nisso sua gravidez encarcerada representou um ar de esperança para os dias que viriam, ainda que obviamente não possamos de forma alguma romantizar um processo dolorido e difícil para uma mulher de 27 anos.

Quando a Leta (filha) nasceu, eu não tinha a menor perspectiva de sair da prisão. A Leta nasceu em 77, quer dizer, se eu fosse cumprir pena eu não teria saído na prisão ainda, né? Sairia nos dois mil e não sei quanto, nem me lembro mais. Em 77 não existia perspectiva de sair, assim, eu não tinha, né? Então o nascimento da Leta foi assim, uma coisa interessante, porque ele abriu uma brecha das emoções fluírem, né? Então eu fiquei grávida ou tem uma história.... Eu fiquei cinco anos sem encontrar Colombo, aí quando o Geisel assumiu, estava na licença lenta e gradual, mudou a direção do presídio. A nossa grande reivindicação era a gente poder se ver, não tinha menor ideia de que algum dia nós pudéssemos ter alguma relação dentro da prisão (sorri enquanto fala), mas era pra ver, encontrar e dizer: 'Oi, tudo bem?' (Jessie Jane, *Que Bom Te Ver Viva*, 1989)

O antagônico da morte é a vida, por isso, há vezes que queremos nos sentir como em poesia escrita por Vinicius de Moraes. Ora, as frases de caráter teórico ou de ordem epistemológica não abarcam esse tipo de emoção. Como,

dentro da prisão, depois de uma ação em que você perde um companheiro, e vê tantos outros serem amassados por um regime militar autoritário, você dá origem a um novo ser? Uma frase da poesia latino americana faz muito sentido: “tentaram nos enterrar, mas esqueceram que nós éramos sementes.”.

3 MEMÓRIA E REVISIONISMO: UM DEBATE SOBRE O CARÁTER DO GOLPE MILITAR DE 1964

No ano em que completou 14 anos de idade, a vida de Jessie não seria mais a mesma, já que foi em abril de 1964 daquele ano que a ditadura militar brasileira teve seu estopim. Nos seus relatos, é possível compreender que esse golpe de caráter militar representava uma grande tragédia para ela e para toda a sua família, uma vez que tanto seu pai quanto sua mãe estavam envolvidos na militância política desde os anos de 1950.

“Eu tinha catorze quando foi dado o golpe militar e vivi o golpe como uma tragédia” - podemos dizer que toda sua trajetória estava afetada a partir dali. Ela coloca, em um outro momento do seu relato, que todas as pessoas que faziam parte do seu ciclo de convivência foram atingidas. Por si só, esse tipo de relato representa um contraponto às ideias revisionistas de que a ditadura militar só começou em 1968.

Um ponto a se ressaltar sobre a vivência de Jessie é que, no momento em que é dado o golpe, seu pai foi preso, seu irmão vai pra clandestinidade e todo o seu ciclo de convivência também. Não devemos esquecer que a protagonista desta pesquisa tinha uma relação muito íntima com o próprio Carlos Marighella, personagem muito importante do período. Assim que é deflagrado o golpe em 1964, ele foi considerado o inimigo número um da ditadura militar brasileira. Por si só, se vê que seu ciclo familiar e de amizade foi ferozmente abalado.

Dentro das próprias palavras de Jessie, há algo interessante sobre a periodização da ditadura. Contestando as teses revisionistas, já que hoje atua na área de História na UFRJ¹⁵, ela demarca temporalmente que a ditadura militar começou no próprio ano de 1964, e não em 1968, como defendem alguns historiadores que podem ser enquadrados enquanto revisionistas.

Até o final da ditadura eles não reconheciam que existiam presos políticos no Brasil, primeiro nós éramos terroristas, mas quando começa a chamada distensão lenta e lentíssima, né? As ações que eram travadas nas prisões começaram a criar repercussões, então primeiro eles tiveram que reconhecer a existência desses chamados presos políticos. (Jessie Jane, entrevista sobre Direitos Humanos, 2014)

Um deles é Marco Antonio Villa cujo qual formulou uma tese, posteriormente tornando-se livro, intitulado: “A ditadura brasileira”. Nele, faz a

¹⁵Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense(1986), mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas(1992), doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro(1997) e pós-doutorado pelo Instituto de Desarrollo Económico y Social(2008). Atualmente é Permanente da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Membro de corpo editorial da Revista *Ágora*, Membro de corpo editorial da Revista da Anistia Política no Brasil, Membro de corpo editorial da *Passagens- Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica* e Membro de corpo editorial da Revista *Perspectiva Histórica*. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Moderna e Contemporânea. Atuando principalmente nos seguintes temas: estado, Igreja Católica, catolicismo social, religião, sindicatos e trabalho. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/8972104351671323>>

defesa de que o golpe viria via esquerda ou via direita. Villa se sustenta na questão relacionada ao governo de João Goulart e a promulgação do AI-5, tentando, assim, justificar que a ditadura não começou em 1964 e sim em 1968, com a promulgação do AI-5.

É válido destacar que essa tese é pouco sustentável, em primeiro momento pela falta de evidência e também pela falta de comprovação histórica, além da fragilidade das fontes utilizadas para levantá-la. Villa se sustenta em uma entrevista dada por José Serra em 1980, que era presidente da UNE¹⁶. O mesmo José Serra não confirma em seu livro de memórias a hipótese levantada por Villa, que o estado de sítio em 1962 promulgado por Jango objetivava um golpe de estado.

Ao destacar o estado de sítio promulgado por João Goulart em 1962, o autor supracitado tenta justificar que a ideia de democracia não fazia parte em nenhum dos aspectos política, seja de direita ou de esquerda. Entretanto, é essencial compreender a história como processo, para que se possa ter uma justificativa sobre a ação de Jango.

Como é notório, o jogo político é repleto de ameaças, previsões falhas, entretanto, o estado de sítio promovido por Jango é tomado por Villa como comprovação do golpismo, porém, ao justificar o estado de sítio, se esquece que ao declará-lo, Jango não tinha autonomia para interferir na política estadual, já que o autor justifica uma possível intervenção do governo Goulart nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

De acordo com a produção historiográfica¹⁷ sobre o período da ditadura militar, é visível que o estado de sítio não abria tal possibilidade. Por esse motivo, o trabalho de Villa, tanto em relação à teoria historiográfica quanto à investigação sobre as fontes, se torna insuficiente para comprovar que o estado de sítio promovido por Goulart no período de 1962 representava uma ameaça real à democracia brasileira¹⁸.

Além da tese envolvendo esse fato, o autor também defende a tese de que não se pode falar de ditadura antes de 1968. O autor acredita que o termo ditadura militar só pode ser utilizado no período de 1968 até 1978, com a campanha da anistia. Entretanto, parece perigoso dizê-lo, ao passo que no estudo da etimologia do conceito de ditadura visualizamos sua mudança ao longo do processo histórico, ou seja, não há uma investigação sobre a mudança do conceito ao longo da história.

Eu costumo sempre dizer a minhas amigas e aos meus companheiros que a ditadura não começa em 1968, que há uma narrativa geracional que tende a socializar essa narrativa. O golpe é em 1964 e em 64 pra minha família foi uma tragédia e nós vivemos como uma tragédia a medida em que todas as pessoas com as quais nós convivemos foram atingidas por isso, né? (Jessie Jane, Comissão nacional da verdade, 2013)

¹⁶ União Nacional dos Estudantes, entidade responsável pela mobilização estudantil criada na década de 1930.

¹⁷ Consultar autores como Marcelo Badaró e Demian de Melo para observar como esse debate do revisionismo sobre o tema da ditadura é algo atual na produção historiográfica.

¹⁸ Para se aprofundar mais sobre esse tema, consultar o texto do Carlos Fico na revista Tempo & Argumento, artigo intitulado: Ditadura Militar Brasileira: aproximações teórica e historiográficas.

Ao estudar o que já foi produzido sobre o período da ditadura no Brasil, observamos que de 1964 até 1968 houveram gigantescas restrições ao funcionamento público, sem contar com o fechamento do congresso nacional. Nas eleições que ocorreram nesse período houve censura, sem contar a censura à imprensa, no cinema, além de uma grande repressão em torno do movimento estudantil. Logo, a situação da democracia brasileira foi de risco total.

O historiador carioca Marco Antonio Villa defende a tese de que a ditadura militar brasileira teria começado apenas em 1968 com o AI - 5. Durante o relato de Jessie Jane, isso é colocado em xeque a todo momento. Fica nítido que a repressão já começa em 1964 e não só em 1968, pois de acordo com a própria Jessie em 1964 seus familiares já sentiam a repressão em suas peles.

Com essa citação, podemos perceber que a narrativa que conta com a ditadura militar só começando em 1968 parece não levar em consideração relatos como esses, que convivia com a maioria dos comunistas de 1935 e viu a sua vida ser mudada da noite para o dia. Em relatos como esses, percebemos a vivência próxima que ela tinha das grandes direções dos PCB, ou seja, ouvir Jessie Jane é saber que ela não fala apenas por si, mas por muitas das direções daquele momento.

Uma questão de preponderância sobre o debate revisionista é o texto de Demian Melo intitulado: “O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão”, onde o autor prioriza a compreensão da ditadura militar de 1964 enquanto uma ditadura de classe. Nesse texto, Demian acaba por citar as teses de Jorge Ferreira, que coloca a esquerda em um caráter golpista, montando a narrativa de que foi a reação da esquerda armada que gerou a repressão da direita.

É importante construir um debate sobre as fontes que Jorge Ferreira utiliza, pois há uma apropriação acrítica de uma pesquisa de opinião realizada por Carlos Lacerda, onde o autor tenta legitimar o golpe de 1964 em uma base social. Entretanto, essa pesquisa é retirada de um livro escrito por jornalistas que não comungavam com João Goulart e eram simpáticos à Carlos Lacerda.

Podemos perceber outros problemas sérios nas produções revisionistas, principalmente na de Aarão Reis e Marco Antonio Villa, onde tentam justificar um “apoio da sociedade brasileira a ditadura”, marcado por uma profunda falta de problematização e pelo uso reduzido de fontes. Não se pode construir uma narrativa que afirme com tanta veemência uma base social composta apenas de alguns grupos e famílias das elites brasileiras.

A importante compreensão de Demian Melo se categoriza pela falta de rigor que os autores revisionistas e pelo pouco embasamento teórico e empírico, tipificado a todo instante nessa pesquisa pela vida, família e trajetória de Jessie Jane Vieira de Souza. Ela e tantos outros é o que podemos chamar de prova viva contra determinados argumentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerrar uma pesquisa que revela tanto sobre uma pessoa, um tema sensível como esse revela a grandeza do fazer historiográfico. Ainda que aproximados com afinidade daquilo que se decide pesquisar, não somos invalidados quando decidimos fazer trabalhos comprometidos. Isso acontece à medida que a ciência histórica nos dá o respaldo necessário para não cair nas porcentagens de opiniões, mas sim elucidações teóricas para tal.

Ao tomar como parâmetro o momento que vivemos no Brasil e as mais nefastas relativizações que vêm sendo produzidas, não só sobre o período ditatorial, mas por toda negação do papel da História como ciência que participa na manutenção e zelo à memória, vemos que esse objeto de pesquisa não se esgota em si, pelo contrário, é um campo aberto a ser explorado.

Com essa pesquisa, retoma-se a capacidade de refletir biograficamente acerca de uma pessoa no singular, mas que traz uma identidade para os rostos plurais que compreendemos de maneira generalizada no estudo sobre o período. Quem foram esses corpos presos? Como ficaram suas famílias? Quem foram as mulheres que conseguiram reerguer suas vidas para traçar um futuro, tendo em vista que não imaginavam ter um futuro para planejar?

Com tantas perguntas, é possível visualizar que essa temática é ampla e pode facilmente ser levada para demais pesquisas que perpassem a graduação. Como o objeto central de nosso trabalho é uma mulher viva, lúcida, que ainda se posiciona politicamente e é doutora na área de História, essa pesquisa é apenas um pontapé biográfico-teórico. Muitas perguntas geradoras podem vir sob essa ótica.

É evidente que, diante dos fatos, há necessidade de tomar posição de reivindicadores da memória como valor essencial de um povo-nação. Enquanto historiadores e historiadoras, desde pós-estruturalistas até a linha teórica marxista de origem mais ortodoxa, nunca se fez tão necessário se colocar no papel de quem compreende e defende que as memórias não sejam descartadas de qualquer maneira, por qualquer pessoa.

Em tempos como esse, parafraseando Milton Nascimento e Ronaldo Bastos, quem cala sobre os corpos consente em suas mortes, mas quem grita, vive com eles. Por se tratar aqui de um trabalho conclusivo, digo, é necessário que nosso fazer seja comprometido com esse “grito”. Recentemente, o atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, falou que “quem gosta de osso é cachorro”, se referindo aos brasileiros e brasileiras mortos e desaparecidos por causa da ditadura.

É nesse campo especificamente que as ciências humanas devem convergir: fazer com que nosso trabalho não seja invalidado, sobrepujado por opiniões, muito menos de pessoas com patente suficiente para traçar planos sobre a nação. Nossa história enquanto país é o que temos, não como formuladora de respostas, mas como norte para mais perguntas na construção de futuro.

REFERÊNCIAS

ARNS, Dom Paulo . **Brasil Nunca Mais**. Editora Vozes. 1987.

DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. “**A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular.**” Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, n. 47, p.181-212, 2004.

FICO, Carlos. **Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas.** Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v.9, n.20, p.05 - 74 - jan./abr. 2017.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MATTOS, Marcelo Badaró. **“Os trabalhadores e o golpe de 1964.”** História & Luta de Classes, 2005.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** Expressão Popular, São Paulo, 2009.

MELO, Demian de. **“A miséria da historiografia.”** Outubro, São Paulo, n. 14, p.111- 130, 2006.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PINSKY; Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina. **O historiador e suas fontes.** 2º volume. São Paulo: editora contexto, 2009.

"*Que Bom Te Ver Viva*". Direção: Lúcia Murat, BR, 1989. 100 min. Son, Cor.

REIS, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil.** 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1990.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.

VILLA, Marco Antonio. **A ditadura Brasileira.** São Paulo: Leya, 2014.

Agradecimentos

A Deus, que me colocou firmemente ao lado da solidariedade, do amor, da esperança. Se por meio dEle são as coisas, também para Ele são todas elas.

Aos meus pais, que me possibilitaram as melhores condições com muito esforço para uma formação de base impecável, alcançando uma graduação exitosa. São o motivo de eu dar tanto valor à educação. Os estimo de forma inesgotável.

Ao meu companheiro e maior professor de História, Ítalo Aquino. Um norte por todo esse curso, desde o primeiro período me ajudando dentro e fora da universidade. Um mentor, meu melhor e maior amigo.

Ao MST e, sobretudo, ao Levante Popular da Juventude, escolas que me escancararam a visão de mundo e de sociedade. As experiências e pessoas que esse movimento me deu, anos de graduação não poderiam proporcionar. O campo popular é que fez cada palavra dessa pesquisa ser real e viva dentro de mim. Vida longa a quem ama e constrói um outro país!

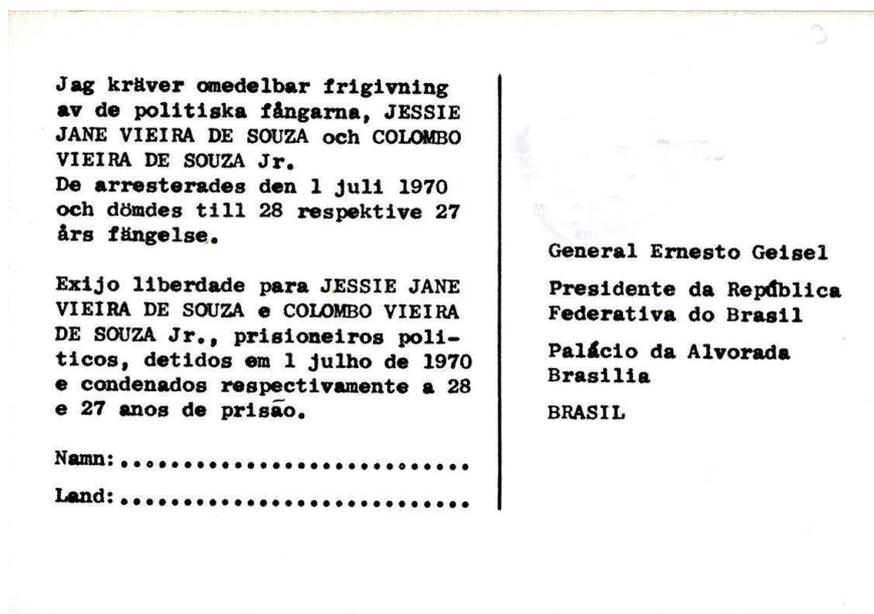
Ao meu orientador, Roberto Muniz. Ainda que com divergências teóricas de formação, me auxiliou e prontamente topou o desafio. Um professor que não vi apenas na Universidade, mas somando nas trincheiras de luta nas ruas de Campina Grande.

Aos demais amigos e amigas, familiares e companheiros que nunca duvidaram da minha capacidade, meu mais puro e sincero muito obrigada. É impossível ser feliz, criar sonhos e vivê-los se não pensamos coletivamente. Só vale a pena a vida se vivemos juntos.

ANEXOS



Anexo 1 - Prisão da Ilha Grande



Anexo 2 - Verso do postal trazendo mensagem em sueco e português dirigida ao presidente Geisel, que sucedeu ao general Médici

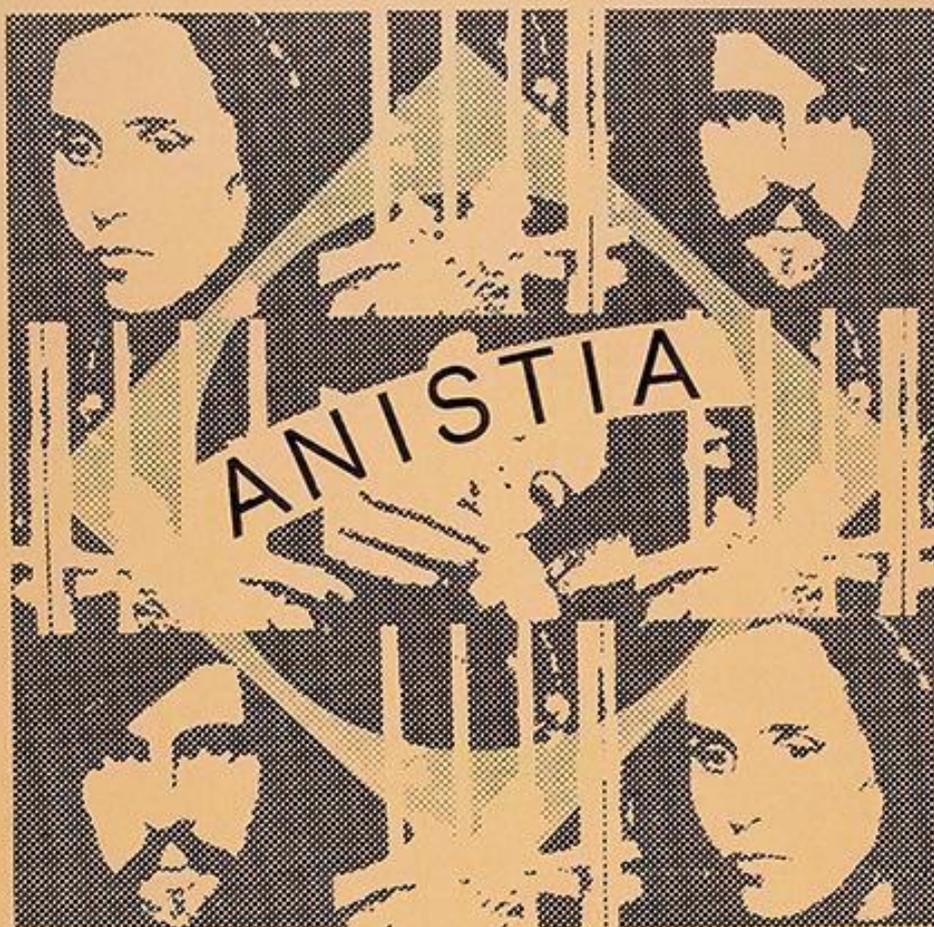
FRR88241 23112001 1622 SCM/RJ (F20) <i>ML.º. COR, TXT. 31144, p. 1</i> FONADO-RIODEJANEIRO/RJ 23112001 1825 001/001		
URGENTE MARIO LAGO RUA JULIO DE CASTILHOS 30/701 COPACABANA 22081-025 RIODEJANEIRO/RJ		
		
<h1>TELEGRAMA</h1>		

Anexo 3 - Jessie envia telegrama a Mario Lago

FRR88241 23112001 1622 SCM/RJ (F20) <i>ML.º. COR, TXT. 31144, p. 2</i> FONADO-RIODEJANEIRO/RJ 23112001 1825 001/001		
DESTINATÁRIO URGENTE MARIO LAGO RUA JULIO DE CASTILHOS 30/701 COPACABANA 22081-025 RIODEJANEIRO/RJ		
TEXTO RECEBA NOSSO CARINHO E DESEJOS DE FELIZ ANIVERSARIO JESSIE JANE VIEIRA DE SOUZA E OS AMIGOS DO ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO		
REMETENTE ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PRAIA DE BOTAFOGO 480 BOTAFOGO 22250-040 RIODEJANEIRO/RJ		
TELEGRAMA FONADO - 0800 550 135 - EFICIENCIA AO SEU ALCANCE		

Anexo 4 - Conteúdo do telegrama enviado a Mario Lago

BRASIL



**liberdade-frihet
freedom-liberté
Jessie-Colombo**

Anexo 5 - Cartaz reivindicando a liberdade de Jessie e Colombo

Os anexos de número 6 à 18 estão disponíveis de forma digitalizada e completa em: <http://arquivonacional.gov.br/br/consulta-ao-acervo>. Esses documentos concernem à trajetória de Jessie Jane Vieira de Souza desde a campanha por sua libertação, passando pela transferência prisional e a greve de fome, até o alvará de soltura.

AC ACE 107 962 / 77
CNF 1 / 1

AC/SNI

ACE 107962
ABENCLAC/AC/11A
028188 05.12.77
PROTOKOLO

FICHA DE DISTRIBUIÇÃO E PROCESSAMENTO DE DOCUMENTOS

1. CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

ORIGEM: CISA TIPO: INF. Nº: 308 DATA: 30 Nov 77
CLASSIF: CONF. REF:
ANEXOS:
ASSUNTO: "COMITÊ PRO-ANISTIA GERAL NO BRASIL"

2. DISTRIBUIÇÃO INICIAL

ORIGINAL	SC-1
COPIAS	<input type="checkbox"/> CHEFE DO SNI <input type="checkbox"/> CHEFE GAB/AC <input type="checkbox"/> CHEFE GAB/SNI <input type="checkbox"/> ASSESSORIA <input type="checkbox"/> CHEFE DA AC <input type="checkbox"/> SE-02 <input type="checkbox"/> SC-1 <input type="checkbox"/> SC-2 <input checked="" type="checkbox"/> SC-3 <input type="checkbox"/> SC-4 <input type="checkbox"/> SC-5 <input type="checkbox"/> SC-6 <input type="checkbox"/> SC-8
OUTROS DESTINATÁRIOS	

3. ORIENTAÇÃO

TOMAR CONHECIMENTO	REGISTRAR	FALAR COM A CHEFIA	APROFUNDAR	PROCESSAR	INTEGRAR	ARQUIVAR
MONTAR INFÃO PARA			DIFUNDIR PARA			

4. ORDENS PARTICULARES:

5. PROVIDÊNCIAS

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DA FICHA

H. A. P. B. R.
16.1- P. B. R.
12. ANAC 01.12.77

INF. 0308 / CISA / RJ
EN/NO

Anexo 6

Ficha 001/CISA		CONFIDENCIAL	
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA		URGENTE	
		112 8 DE NOV 1977 - SAL 028188 051277 PROTOCOLO	
1 - ASSUNTO	"COMITÊ PRÓ-ANISTIA GERAL NO BRASIL"		
2 - ORIGEM	CISA/RJ		
3 - CLASSIFICAÇÃO	A-2		
4 - DIFUSÃO	SNI/AC - CIE - CENIMAR - DSI/MRE		
5 - CLASSIFICAÇÃO ANTERIOR	+ + + +		
6 - DIFUSÃO ANTERIOR	+ + + +		
NUMERAÇÃO			
M Aer	PNI	INFORME Nº	0308 /CISA-RJ
<p>1. A secção da Suécia do "Comitê Pró-Anistia Geral no Brasil" deverá iniciar brevemente uma campanha pró-libertação de <u>JESSIE JANE</u>, que cumpre pena no Rio por subversão.</p> <p>2. Na Suécia vivem os seguintes parentes de JESSIE / JANE :</p> <p style="padding-left: 40px;"><u>JOSE ALVES DE SOUZA</u>, irmão; <u>LETA DE SOUZA ALVES</u>, mãe; <u>WASHINGTON ALVES DE SOUZA</u>, pai (banido)./.-.-.-.-.</p> <p>.....</p>			
<p>O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTA DOCUMENTO, (Art. 6º - Dec. n.º 60.417/67, Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).</p>			
		CONFIDENCIAL	

F I L M

10/1/79

CONFIDENCIAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA
 DEPARTAMENTO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO
 DIVISÃO DE NORMAS E CONTROLE DE SEGURANÇA

INFORMAÇÃO Nº S-005/79/JSPDE EM 15/02/79

Para conhecimento dessa Agência, esta Divisão informa que a interna JESSIE JANE VIEIRA DE SOUZA, RG 2.680.326, filha de Washington Alves da Silva e Leta Alves, nascida em 24/01/49, natural do Estado de Minas Gerais, obteve dois Alvarás de Soltura, expedidos pela 1ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª CJM, visto ter obtido redução da pena a que estava condenada. A interna foi posta em liberdade no dia 06-02-79.

SNI/ARJ

PROTOCOLO

ACE Nº 201

02.03.79

SNI/ARJ

PRG. n.º 0917

22102179

DIFUSÃO:
 SNI/ARJ
 2ª SEQ DO CMDO DO 1º DE
 2ª SEQ DO CMDO DO 1º EX
 2ª SEQ DO III COMAR
 FM/2 - PMERJ
 DGIE - SSP - RJ

Anexo 8

10/116

CONFIDENCIAL

~~PROTOCOLO
ACE 2413~~
8.5.78

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO
DIVISÃO DE NORMAS E CONTROLE DE SEGURANÇA

21

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO
DIVISÃO DE NORMAS E CONTROLE DE SEGURANÇA

Informação nº S-21/78/JSPDN

Em 26 de abril de 1978

A DIREÇÃO GERAL do DESIPE informa a essa AGENCIA que, no dia 24 de corrente mes, as presas subversivas JESSIE JANE VIEIRA DE SOUZA, ROSALICE MAGALDI FERNANDES e NORMA SÁ PEREIRA — que cumprem pena no Pavilhão Especial do Instituto Penal Talavera Bruce, localizado em Bangu — iniciaram um movimento de GREVE DE FOME, em apoio aos presos de igual categoria que se acham custodiados no Presídio de Itamaracá, no Estado de Pernambuco. Na mesma data, e com o mesmo propósito, deflagraram idêntico movimento 14 (quatorze) presos subversivos custodiados na DIVISÃO DE SEGURANÇA ESPECIAL, localizada no Conjunto Penal Frei Caneca. Os dois grupos de condenados pela L.S.N. enviaram, a esta DIREÇÃO GERAL, documentação relativa ao assunto (cópias em anexo), e de cuja leitura podemos constatar que não há unanimidade quanto à adesão ao movimento, isto porque na JSPTB estão recolhidas 5 (cinco) presas subversivas — somente 3 (tres) assinaram o memorial; bem como, na Divisão de Segurança Especial estão acautelados 30 (trinta) Internos e somente 14 (quatorze) iniciaram o movimento.

Observe-se que a simples leitura de conteúdo dos memoriais firmados pelos Internos — mostra que seus objetivos não são apenas os de solidariedade aos Internos de Itamaracá.

Foi enviado expediente sobre o assunto à Secretaria de Estado de Justiça; às 1ª e 2ª Auditorias de Marinha; às 1ª, 2ª e 3ª Auditorias do Exército; e às 1ª e 2ª Auditorias da Aeronáutica, tendo-se informado, ainda, que está sendo prestada toda assistência médica especial aos presos que aderiram ao movimento de greve de fome, bem como, que se continua oferecendo aos Internos a alimentação regular.

DIFUSÃO:
SNI/ARJ
2ª SEC DO CMDO DO 1º DN
2ª SEC DO CMDO DO I EX.
2ª SEC DO III COMAR
PM/2 - PMERJ
DGIE - SSP - RJ
DSI/MJNI

SNI/ARJ
PROTOCOLO
ACE N: 6937
16109182

CONFIDENCIAL

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTA DOCUMENTO. (Art. 12-Cap. nº 79.099/77, Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

CONFIDENCIALInstituto Penal Talavera Puce
Nangu, 24 de abril de 1978Ao Juiz-Auditor da 7a. Circunscrição Militar
MM José Bolívar Régis

Sr Juiz-Auditor

Os companheiros de Itamaracá estão em greve de fome pela quarta vez nos últimos 3 anos exigindo direitos mínimos que devem ser assegurados a qualquer preso, exigindo, mais uma vez, a quebra da segregação imposta a Carlos Alberto Soares e Pholine Sande Cavalcanti. Frente a isso o senhor declarou, conforme o JR de 20 de abril:

- "Não permitirei que condenados à prisão perpétua fiquem sem contato com os companheiros, pois o isolamento os levará à loucura, o que contraria os seus sentimentos, as leis vigentes no país e a evolução do Direito".

Mas afirma que não vai resolver nada em situação de greve. Como não resolveu antes, quando se limitou a sugerir que a reivindicação fosse atendida, sugestão não aceita pelas autoridades estaduais.

Quando se trata de garantir os direitos dos presos a Justiça Militar foge de suas responsabilidades. Quando se trata de condenar presos políticos a dezenas de anos de cadeia, à prisão perpétua, baseando-se em provas forjadas nas salas de tortura, quando se trata de condenar os opositores do regime a um isolamento que, segundo seus próprios representantes, os levará à loucura, a Justiça Militar é pressurosa. Mostra-se assim coerente com o objetivo do regime: encolamento físico, psicológico e político dos presos políticos.

O isolamento, a precariedade de condições carcerárias não é estranha aos presos políticos que sobreviveram à tortura. Hoje, condições particularmente graves são as de Itamaracá, as de Linhares em MG e as de todas as mulheres presas políticas que tem enfrentado uma realidade singular. Dispersas pelos vários estados do Brasil cumprem suas penas totalmente sózinhas ou com uma, duas companheiras. São excluídas de qualquer convívio, vivendo segregadas da comunidade dos presídios femininos onde estão recolhidas. Nós, as presas políticas do RJ, tivemos oportunidade de denunciar amplamente essa situação, em outubro/novembro do ano

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Bangu, 24 de abril de 1978

3/6

Ao Diretor Geral do DESIPE
Dr Francisco ^Mansá Filho



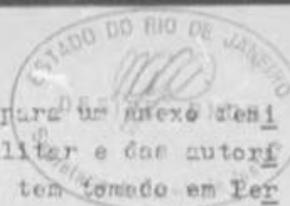
Sr Diretor

Viemos comunicar que a partir dessa data estamos em greve de fome em solidariedade aos companheiros Carlos Alberto Soares e Rholine Sande Cavalcanti que, em Pernaebuco, vivem problemas semelhantes aos nossos. Pedimos para enviar a carta anexo ao Juiz-Auditor da 7a Circunscrição Militar, sr. José Bolívar Régis. Cumpre também lembrar que nossa integridade física e psicológica é da responsabilidade direta de V.Excia. enquanto Diretor Geral do DESIP.

Atenciosamente,

Jessie Jane Vieira do Sousa
Roselice Magaldi Fernandes
Francisca da Penha

Anexo 11

CONFIDENCIAL

passado, quando reivindicamos nossa transferência para um anexo desi-
nino no Presídio Político. A atitude da Justiça Militar e das autori-
dades estaduais foi, nessa ocasião, idêntica a que tem tomado em Per-
nambuco. E agora, frente à nova greve dos companheiros, continuam ba-
tendo na mesma tecla: não negociam sob pressão.

Consideram inadmissível a pressão feita por ho-
mens e mulheres em luta por direitos elementares. Consideram inadmis-
sível a pressão feita por toda uma sociedade, que através das entida-
des que não são seus legítimos representantes, lançam-se na defesa de seus
direitos, ameaçando na pessoa dos presos políticos.

Mas foi justamente essa resistência, no dia a
dia de anos de cadeia, que permitiu que sobrevivéssemos até mesmo à
loucura que o isolamento pode causar.

Por isso, sr juiz-auditor, estamos em luta nova-
mente-

Por isso, sr juiz-auditor, está hoje a sociedade
toda em luta, exigindo a quietude para os seus perseguidos.

Por isso, sr juiz auditor, nesse dia 24 de abril,
entramos também em greve de fome, exigindo a suspensão do isolamento
de Rheline e Carlos Alberto. Que uma lei o determine não é assunto
nosso. As fórmulas jurídicas para suprimir tal discriminação cabem a
esse regime tão fértil em artimanhas legais . . .

*José Jane Vieira de Sousa
Rosaline Magaldi Texeiras
Janaína B. Pereira*

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

À Ordem dos Advogados do Brasil - OAB
 À Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB
 À Associação Brasileira de Imprensa - ABI
 À Comissão de Direitos Humanos do MDB
 A todos que lutam em defesa dos direitos humanos.



Os presos políticos de Itamaracá tornam a por em risco suas vidas reiniciando a greve de fome.

Os companheiros Rholine Sonde Cavalcanti e Carlos Alberto Soares, condenados a prisão perpétua, são mantidos em isolamento há três anos e as demais condições carcerárias que afligem os presos políticos de Pernambuco vêm-se agravando consideravelmente.

Para manter esta situação, as autoridades responsáveis recorrem ao velho método de se recuar em uma interpretação formal e facciosa de uma lei de exceção.

São estas mesmas leis de exceção que acobertam a opressão desenfreada de todo povo brasileiro, a censura obscurantista, a tortura generalizada e os assassinatos políticos. A ditadura militar, amparada em tais leis de exceção, prende, condena e cassa mandatos, e ameaça todos os opositores. Alguns sobrevivem em situação dramática, como a de Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti.

O fim das leis e atos de arbítrio; o fim da opressão, da censura, da tortura e do assassinato; o fim da existência dos presos políticos; tudo isto é exigido por amplos setores sociais. E será uma decorrência da derrocada da ditadura militar, através da mobilização popular que conquiste também uma anistia ampla, geral e irrestrita.

A luta perolista e a ditadura tenta eternizar suas arbitrariedades. Portanto:

- declaramos nossa solidariedade aos companheiros de Itamaracá e nosso empenho na solução de seus problemas;
- declaramos nosso repúdio a todo esse quadro de artifícios e arbitrariedades do regime militar;
- declaramos nosso alinhamento junto a todas as parcelas do povo brasileiro que lutam pelo fim da ditadura militar e por uma ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA.

E, com estes objetivos e propósitos, entramos também em GREVE DE FOME a partir desta data.

Presidência Política, DSE-RJ, 24 de Abril de 1978.

PERLY CIPRIANO

ANTÔNIO PEREIRA MATTOS

HÉLIO DA SILVA

JOSÉ SÉRGIO VAZ

JOSÉ ROBERTO CONCALVES DE BEZENDE

MANOEL HENRIQUE FERREIRA

JORGE SANTOS ODRIA

GUTTENBERG CAVALCANTI

NELSON RODRIGUES

COLMÃO VIEIRA DE SOUZA JUNIOR

ALEX POLARI DE ALVERGA

ZAQUEU JOSÉ BENTO

JESUS FÁRDEZ SOTO

PAULO ROBERTO JABUR

CONFIDENCIAL

Presas políticas não serão transferidas para a Frei Caneca

A greve de fome das três presas políticas prossegue hoje no seu 16º dia, embora o diretor-geral do Departamento de Sistema Penitenciário, Augusto Thompson, tenha ido ontem ao Hospital Central Penitenciário, onde elas estão alojadas, para comunicar que o Governo não vai recuar de sua posição, recusando assim a transferência delas para o presídio da Rua Frei Caneca.

Oficialmente foi comunicado às grevistas que algumas de suas reivindicações foram consideradas justas e por isso estão sendo construídos um muro, uma administração e uma portaria que isole a ala onde elas sempre ficaram alojadas do resto do Instituto Talavera Bruce, onde cumprem pena presas comuns. O Secretário Estadual de Obras, Hugo de Matos, anunciou para o fim do mês a conclusão das obras, que custarão Cr\$ 110 mil.

As famílias das presas políticas iniciaram ontem um movimento para conseguir das autoridades estaduais federais uma solução para a greve de fome que já começa a preocupar a todos devido à debilidade em que se encontram as grevistas, que desde o dia 24 de outubro têm-se alimentado só de água, açúcar e pitadas de sal.

Segundo o Desipe a inspeção médica, realizada às 10 horas, ontem, não acusou nenhuma gravidade; mas as famílias das grevistas estão temendo "algum fato novo" porque hoje se inicia o 16º dia de greve.

Solução

Ontem de manhã o Secretário Estadual de Obras foi pessoalmente verificar o andamento dos trabalhos que estão sendo executados em Bangu, no Instituto Talavera Bruce, para oferecer melhores condições às presas políticas.

— As obras já estão adiantadas, as fundações já foram terminadas e estão alinhando os tijolos das paredes — explicou o Secretário Hugo de Matos, afirmando que dessa forma o Governo atendia às reivindicações das grevistas.

No Desipe, o assessor do Diretor-Geral, Aloisio Russo, explicava que as obras que estão sendo realizadas no presídio vão permitir que as visitas às presas políticas não sofram revistas junto com as famílias das presas comuns. Com um novo administrador, Mário Veran, elas não ficarão sujeitas mais a uma administração comum ou ao arbítrio da autoridade policial, devido à inexistência de um regulamento específico.

— No presídio da Rua Frei Caneca é que é inviável a permanência delas. Ali é um presídio masculino e não existe, em lugar nenhum, presídio misto — comentou ele.

Terça-feira, 8 de novembro de 1977



Franklin Dias Coelho presta depoimento na Auditoria Militar.

Deputados recebem carta das grevistas

BRASILIA (Sucursal) — Dizendo representar as mães de 45 presos políticos do Rio de Janeiro, as mães dos presos Nelson Rodrigues Filho, Jessie Jane Colombo Vieira de Sousa e Norma de Sá Pereira, acompanhadas da advogada Eny Raimundo Moura, estiveram ontem no Congresso, fazendo entrega a parlamentares de cópia de um documento assinado por parentes das presas do Presídio Talavera Bruce, pleiteando a transferência delas para o presídio da Frei Caneca.

ENTREGA INFORMAL

Além do líder da Oposição na Câmara, Freitas Nobre, e dos deputados Jorge Moura e Lygia Lessa Bastos, o documento — ao qual está anexada a carta que presas dirigiram aos representantes fluminenses no Congresso e na Assembléia Fluminense, com data de 27 de setembro — foi também entregue ao novo assessor parlamentar do Ministério do Exército, tenente — coronel Nivaldo Bastos. A entrega foi feita num corredor, junto ao gabinete do líder da

Presas políticas decidem manter greve de fome

RIO (Sucursal) — As três presas políticas que completaram ontem o 15.º dia de greve de fome decidiram continuar sem comer até conseguirem a transferência para o presídio da Frei Caneca. Elas tomaram essa decisão após receberem a comunicação oficial do diretor do Departamento de Sistema Penitenciário do Estado, Augusto Thompson, de que o governo resolveu construir uma portaria no Presídio Talavera Bruce, em Bangu, a fim de mantê-las isoladas das presas comuns.

Uma comissão formada por parentes, amigos e advogados das presas políticas foi ontem a Brasília a fim de se entrevistar com autoridades da esfera federal, inclusive com ministros do Superior Tribunal Militar. Os familiares ainda desejam se avistar com o governador Faria Lima, mas até agora, segundo informou a assessoria de Comunicação Social do Palácio da Guanabara, não marcaram audiência.

O vice-diretor do Desipe, Aloísio Russo, informou que uma equipe médica continua atenta para atender a qualquer emergência. Segundo Russo, o estado de saúde de Rosalice Fernandes, Jesse Jane e Norma Sá permanecia "inalterável em relação aos outros dias. Elas estão bem".

TALAVERA BRUCE

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO N.º 1050/77 /DSI/MJ

DATA: 22 de Novembro de 1977

ASSUNTO: GREVE DE FOME DAS PRESAS SUBVERSIVAS NO PRESÍDIO TALAVERA BRUCE

ORIGEM: DSI/MJ

- BANGU/RJ

REFERÊNCIA: INFORMAÇÃO Nº 1030/77/DSI/MJ, de 10.11.77

DIFUSÃO: EXMº SENHOR MINISTRO DA JUSTIÇA - AC/SNI - CI/DPF

DIFUSÃO ANTERIOR:

ANEXOS: Constatam no final do texto

*De ordem, ao Sr. Celso do OAB -
Brasília, 24.XI.77*

Bernardo B. Falcão
Assessor Especial
do Ministro da Justiça

Às 11 horas do dia 12.11.77, as presas subversivas do Presídio TALAVERA BRUCE que faziam ainda greve de fome comunicaram ao Diretor - Geral do DEPARTAMENTO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO (DESIPE) que suspenderam a greve, "considerando a insensibilidade do Governo frente à nossa justa reivindicação". No documento enviado àquela autoridade e assinado por

JESSIE JANE VIEIRA DE SOUZA

NORMA SÁ PEREIRA

ROSALICE MAGALDI FERNANDES afirmaram: "Entendemos que a solução adotada não atende o aspecto central de nossa situação carcerária, qual seja, o isolamento e conseqüente insegurança. Independente da possível concretização de promessas que reconheçam nossa condição de presas políticas, reiteramos nossa firme disposição de continuarmos lutando por nossa reivindicação".

A greve de fome das referidas presas, ainda que tenha chegado a um termo sem conseqüências mais graves, foi envolvida por uma série de acontecimentos que lhe definem o significado.

No dia 02.11.77, 24 dos 30 presos subversivos que cumprem pena na Divisão de Segurança Especial da Penitenciária da Frei Caneca iniciaram greve de fome. Comunicaram esta decisão através da "Carta Aberta às Entidades e Personalidades que lutam pelos Direitos Humanos", conforme consta no anexo nº 1.

Os seis detentos que não entraram em greve enviaram ao Diretor-Geral do DESIPE, à OAB, à CNBB e à ABI documento em que apresentam os motivos pelos quais são contrários à transferência das presas para a

DSE:

DMJ - 1.554

CONFIDENCIAL

segue..... Departamento de Imprensa Nacional -

As alegações acima citadas fizeram parte do comunicado assinado por seis das oito presas subversivas, quando no dia 24 de outubro de 1.977, entraram em "greve de fome", para forçar a transferência para a Divisão de Segurança Especial do Presídio da Rua Frei Caneca.

São elas:

- MARIA DE FÁTIMA MARTINE PEREIRA
- ROSALICE MAGALDI FERNANDES PARREIRA
- MARIA CECÍLIA B. WETTEN

S E C R E T O

S E C R E T O

CO PÚBLICO FEDERAL

-3-

- ELZA MARIA PARREIRA
- JESSIE JANE VIEIRA DE SOUSA
- NORMA SÁ PEREIRA.

É de se destacar que as autoridades estaduais, através da Coordenação de Saúde Penitenciária, prestaram assistência médica permanente aos presos, masculinos e femininos, durante a "greve de fome", conforme dão notícia os Ofícios nos. 1612 e 1616/JSPC/GC, de 09.11.77 (anexos, por xerox).

O Departamento do Sistema Penitenciário - DESIPE, órgão responsável pelos presídios do Rio de Janeiro, informa que as petições das presas perante a Justiça Militar, no sentido da transferência, foram deferidas, mas deixando a critério do DESIPE a efetivação ou não da medida.

Afirma, ainda, o DESIPE que não há, na Divisão de Segurança Especial, mais espaço para uma utilização racional de qualquer pavilhão, não havendo condições de efetivar a transferência.

Alguns presos políticos manifestaram-se contra a ida das detentas para a Rua Frei Caneca, sendo da lavra de seis deles documento do seguinte teor:

Senhor Ministro:

O Aviso incluído, proveniente do Itamarati, diz respeito a mais um caso processado perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), especialmente sobre JESSIE JANE VIEIRA DE SOUZA e outras presas da Penitenciária de Bangu (caso 2577).

Como de praxe, nesses casos, torna-se imprescindível que a Divisão de Segurança e Informações, bem como o Departamento de Polícia Federal, informem e diligenciem informações a respeito, para que se prepare a resposta do Governo Brasileiro, pelo Ministério das Relações Exteriores, a quem V.Exa. orientará do ponto de vista desta Secretaria de Estado.

Informo V.Exa. de que, consoante o Aviso do Exmo. Ministro das Relações Exteriores, o prazo para a resposta governamental é de 180 dias contados de 27 de março p.p.

Brasília, 18 de abril de 1978


R. R. B. Poletti
Ronaldo Rebelo de Brito Poletti
Consultor Jurídico

→ D. S. I. e as D. P. F., a fim de
que providenciem, em caráter prioritário.
Em 18.4.1978

A. Falcão